

☐ REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

☒ PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Falta de trabalhadores no Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST)

Destinatário: Ministério da Saúde

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

O Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST) é um Instituto Público “integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia técnica, administrativa, financeira e património próprio” que tem por missão “garantir e regular, a nível nacional, a actividade da medicina transfusional e de transplantação e garantir a dádiva, colheita, análise, processamento, preservação, armazenamento e distribuição de sangue humano, de componentes sanguíneos, de órgãos, tecidos e células de origem humana” (Decreto-Lei n.º 39/2012 de 16 de fevereiro).

Para a prossecução da sua atividade, este instituto tem vindo a recorrer com regularidade à contratação precária de trabalhadores, através da utilização de empresas de trabalho temporário (ETT). Em novembro de 2013, o Tribunal de Contas (Acórdão n.º 28/2013 de 14 de novembro) declarou a nulidade de um contrato celebrado entre o IPST e a ETT ‘A Temporária’, com o valor de 449.434,90€ mais IVA, assinado a 31 de julho de 2013 que deveria vigorar até 31 de dezembro de 2013.

Neste acórdão, é referido que o “próprio Instituto reconhece que vem fazendo pelo menos desde 2010 através da contratação de recursos humanos” através de ETT. Agora, em resposta ao Bloco de Esquerda, fica a saber-se que esta utilização remonta pelo menos a 2007, atingindo o avassalador número de 90 contratos celebrados!

O Tribunal de Contas declarou a nulidade do citado contrato por considerar que o IPST violou os requisitos previstos na lei para o recurso a contratos de prestação de serviços, referindo que “não parecem restar dúvidas de que o contrato em causa pretende contratar trabalhadores para assegurarem o normal funcionamento do IPST, cumprindo a atividade para que está vocacionado e realizando as funções que tem que fazer. Funções que, aliás, o próprio Instituto reconhece que vem fazendo pelo menos desde 2010 através da contratação de recursos humanos no mesmo modelo”.

Na sequência deste acórdão do Tribunal de Contas, seria de esperar que o IPST mudasse doravante a sua atuação. Todavia, não é isso que está a acontecer. Com o intuito de suprir a falta de trabalhadores, o IPST está novamente a recorrer a expedientes engenhosos, em vez de contratar

diretamente os trabalhadores de que necessita.

O IPST está a contactar o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no sentido de alocar aos seus serviços trabalhadores que foram dispensados do próprio IPST e que trabalhavam a recibos verdes ou através de ETT. A intenção é proceder à colocação destas mesmas pessoas a trabalhar no IPST, desempenhando as mesmas funções que anteriormente desempenhavam, mas através do recurso a Contratos de Emprego Inserção (CEI). Refira-se o trabalhador colocado através de CEI não recebe um salário nem tem contrato de trabalho: recebe o subsídio de desemprego e uma majoração de 20% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), o que corresponde a 83,84 euros.

O Bloco de Esquerda sabe também que a falta de trabalhadores no IPST está a levar à supressão de diversas sessões de recolha de sangue, por falta de funcionários para assegurar os centros de sangue e da transplantação (CST).

As dificuldades nas recolhas de sangue bem como a falta de trabalhadores motivaram inclusivamente uma mensagem de correio eletrónico que o Conselho Diretivo do IPST dirigiu aos diversos diretores, no dia 7 de janeiro. Nesta mensagem constata-se que o IPST se prepara novamente para recorrer a ETT, pois refere estar em curso um concurso ao qual espera que “possam aparecer empresas a concorrer”; as dificuldades nas recolhas de sangue são também confirmadas referindo-se que “na impossibilidade de nos deslocarmos aos CST esta semana, transmitam a todos o conteúdo deste email”.

Perante o exposto, o Bloco de Esquerda considera fundamental que o IPST cumpra a lei laboral e ponha termo às interpretações criativas da legislação que tem vindo a efetuar, seja com recurso sistemática a empresas de trabalho temporário seja com a utilização de contratos de emprego inserção agora em curso.

Por fim, em pergunta anteriormente endereçada ao Governo (Pergunta n.º 470/XII/3ª), o Bloco de Esquerda requereu que nos fosse indicado quantos contratos foram celebrados entre o IPST e ETT desde 2003 até ao presente ano, solicitando o nome das empresas contratadas bem como o valor de cada um desses contratos. Em resposta, o IPST referiu que, entre 2007 e 2013 foram celebrados 90 contratos com ETT mas não indicou quais as empresas nem qual o valor desses contratos. O BE considera fundamental conhecer estes valores pelo que volta a requerer esta informação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. O Governo tem conhecimento da situação exposta?

2. O Governo considera lícito que, depois da decisão do Tribunal de Contas, patente no Acórdão n.º 28/2013 de 14 de novembro, o IPST volte a recorrer a ETT?
3. Quantos trabalhadores através de Contratos de Emprego Inserção (CEI) foram solicitados pelo IPST ao IEFP?
4. Vai ser aberto um concurso público para contratação dos profissionais necessários para o IPST?
5. Quantas recolhas de sangue em CST foram suprimidas desde 1 de janeiro de 2014?
6. No total, quantos contratos foram celebrados pelo IPST com empresas de trabalho temporário desde 2003 até ao presente ano? Qual o nome das empresas contratadas? Qual o valor de cada um desses contratos? (dados disponibilizados por ano civil)

Palácio de São Bento, 21 de janeiro de 2014.

O Deputado e a Deputada
João Semedo e Helena Pinto